

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES JUSLABORAIS DO BRASIL DE 1990 A 2010: RUPTURAS, CONTINUIDADES E PROPOSIÇÕES

HISTORY OF THE RELATIONS OF BRAZIL JUSLABORAIS 1990 TO 2010: RUPTURES, CONTINUITIES AND PROPOSALS

César Augusto R. NUNES*

Resumo: Estudo histórico-crítico sobre o trabalho, a economia e a política, desenvolvido a partir de fontes teóricas da Sociologia do Trabalho e do Direito. Investiga as origens econômicas, políticas e sociais da atual formação do Estado brasileiro, a partir da intrínseca relação existente entre o processo de globalização neoliberal das duas últimas décadas de história recente e a contraditória transformação das relações de trabalho correspondente, própria da natureza capitalista da sociedade contemporânea. Recupera os determinantes da estruturação política e econômica que se evidenciam na passagem dos Governos da década de 1990 para a primeira década dos anos dois mil, de modo a identificar as contradições percebidas na classe trabalhadora.

Palavras-chave: História; Relações de Trabalho; Direitos Sociais Trabalhistas.

Abstract: Historical-critical study of the work, the economy and politics, developed from theoretical sources of Sociology of Work and Law. Investigates the economic, political and social origins of the current formation of the Brazilian State, from the intrinsic relationship between the process of neoliberal globalization in the last two decades of recent history and the contradictory transformation of labor relations correspondent, own the capitalist nature of society contemporary. Retrieves the determinants of political and economic structure that are evident in the passage of the Governments of the 1990s to the first decade of two thousand years, to identify the perceived contradictions in the working class.

Keywords: History; Labor; Labor Social Rights.

Introdução

O presente estudo situa-se no campo temático que aborda a questão das relações teóricas entre Sociologia do Trabalho e Direito, constituindo-se, ao final, como uma produção científica que pretende articular-se na abrangente reflexão atual que busca investigar o conjunto e dinâmica das mudanças observadas nas relações de trabalho capitalistas, tendo em vista as dinâmicas implantadas pelo capital econômico neoliberal na era da globalização. Como pressuposto, identificamos as Ciências Sociais hoje como um dos mais importantes referenciais para a compreensão dos fenômenos que envolvem a dinâmica das sociedades, suas identidades, suas classes e categorias sociais. Não

* Advogado. Professor Universitário da Faculdade de Direito do Centro Universitário Estácio-UniSEB. Especialista em Direitos Humanos e Democracia pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Mestre em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo pela Faculdade de Sociologia da Universidade de Coimbra (Portugal). Email: cesar.nunes@live.estacio.br.

entenderíamos hoje nosso mundo e sociedade sem o concurso dessas Ciências e suas históricas produções. Todavia, não há uma única identidade, tomada como dogmática ou monolítica, nas Ciências Sociais, elas não são uniformes e homogêneas. Tal como nosso tempo, nosso mundo, nossa época e sociedade, há muitas classes, processos e fenômenos sociais.

Assim, além da diversidade, consideramos que há diferentes interesses em jogo, as classes e grupos sociais, as nações, os mercados e seus agentes, os Estados e seus representantes, cada um a seu modo tem seus interesses e defende suas convicções. A Sociologia e o Direito também são marcados por essa realidade, pois existem diferentes enfoques e matrizes dependendo dos sujeitos que produzem a ciência e os interesses que movem essa produção. A complexidade e a contradição da realidade se materializam igualmente na produção da ciência sociológica.

Especificamente, o presente estudo busca desvendar quais são as *características* e *singularidades* dos recentes processos de precarização das relações de trabalho ocorridos no âmbito da classe trabalhadora nacional, bem como identificar as correspondentes *alterações legais* que estas novas formas de trabalho estão produzindo na legislação trabalhista.

De antemão, cumpre-nos estabelecer como referencial teórico a premissa de que a formação e expansão da sociedade capitalista ocorrem na base material da vida (nas relações de produção), sendo esta caracterizada pela luta entre o capital e trabalho (MARX, 1990). O direito, por sua vez, também radica-se na base econômica da sociedade, entretanto sua existência constitui-se como dimensão social da *praxis* humana como mecanismo de legitimação e controle das relações de produção dominantes. Argumento que corrobora nesse sentido é apresentado pelo teórico Casemiro Ferreira, para qual o surgimento da normatividade laboral e de suas posteriores mudanças legais estão ligadas desde sempre aos sistemas de relações laborais, bem como aos processos de organização da produção, constatação esta que permite concluir pela existência de um conjunto de realidades sociais e de diferentes abordagens das questões teóricas comuns à sociologia e ao direito do trabalho. O autor observa ainda, inclusive, o surgimento de: “condições político-sociais para o desenvolvimento da área de estudos da sociologia do direito do trabalho” (FERREIRA, 2005, p. 55). Em suma, a soma dos resultados obtidos pelo uso analítico do direito do trabalho com a sociologia, além de reconhecer as suas ligações históricas e recíprocas que constituem essas como disciplinas científicas, enriquece os estudos acerca dos impactos da globalização econômica nas relações e nos instrumentos normativos dos

estados capitalistas, possibilitando, assim, a compreensão real dos processos de transformação do mundo do trabalho.

Nesse sentido, nos será fundamental a perspectiva sócio-jurídica, uma vez que entendemos a fase atual da globalização econômica, tomada como globalização neoliberal, como uma dinâmica que se opera em variados modos da vida social, dando origem a diferentes efeitos e impactos nas relações sociais. O destacado autor Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2002), teórico crítico da sociologia, sintetiza em um dos seus textos a necessidade de uma percepção abrangente das facetas da globalização, tendo em vista os reflexos que provoca nos campos econômicos, políticos, sociais e culturais. A partir de seu texto resta-nos esclarecido, portanto, o elevado grau de amplitude destas transformações, as quais serão mais adiante melhor esclarecidas, pela natureza referencial que assumem em nossa pesquisa e interpretação política.

Portanto, guiados pelo processo investigativo acima referido, iniciamos o presente estudo produzindo uma recuperação dos *fatos históricos* relacionados à *economia* e à *política* no Brasil, a partir da consideração das lutas sociais e transformações operadas no mundo do trabalho que constituíram as duas últimas décadas da atualidade. Nossa *tese-guia* refere-se ao caráter contraditório derivado da recente tensão entre a racionalidade privatista da década de 1990 e o espólio dos direitos negados que se acumula na primeira década dos anos 2000.

Temos como premissa epistemológica a consideração de que, se queremos compreender o objeto de um estudo, devemos buscá-lo em seus princípios, entendê-lo em suas origens, em seus processos de formação. De tal forma, se buscarmos compreender essa nova forma de organização da produção capitalista, é certo que nos deparemos com as mudanças vividas nas economias nacional e internacional da década de 1990, momento este que testemunhou intensos embates entre o capital e o trabalho e que deu margem para o aparecimento das primeiras medidas de flexibilização da produção econômica. O momento histórico escolhido guarda nuances políticas e desdobramentos econômicos tão peculiares a ponto de justificar, no início da década seguinte (ano de 2002), a eleição no Brasil do primeiro Presidente da República oriundo de um partido historicamente não-dominante, ligado às ideologias políticas de esquerda e, mais do que isso, vindo organicamente da classe social trabalhadora.

Sendo assim, torna-se imperioso que façamos, sucintamente, uma abordagem preliminar e de caráter mais amplo sobre os contextos políticos, sociais e econômicos dos anos 1990, a partir da qual poderemos descrever, mais detalhadamente, a alteração

da dinâmica neoliberal brasileira da última década e que determinou uma radical transformação nas relações de trabalho da indústria de base nacional.

O recorte histórico assumido pela nossa intenção de pesquisa necessita ser justificado. Trata-se de um tempo de intensas e aceleradas mudanças econômicas, sociais e políticas operadas no cenário brasileiro, notadamente nas áreas mais desenvolvidas do seu parque industrial e no palco mais decisivo de suas forças sociais, sindicais e políticas, as mais organizadas. Um tempo de mudanças rápidas, determinantes, irreversíveis, na forma de produzir e reproduzir a vida material, de organizar as relações de trabalho e de significar sua ação na própria sociedade. Nossa intenção, desde a proposta da pesquisa até sua efetiva finalização, consistiu em tomar essa conjuntura como sintomática para a caracterização desses deslocamentos de sentido e de fundamentação econômica e política.

Tensão entre a racionalidade privatista da década de 1990 e o espólio dos direitos negados

A história econômica e política do Brasil pós-II Guerra é marcada pelo populismo democrático instável (1946-1964) seguido pela violenta e nefasta ditadura militar imposta após um sangrento golpe de Estado (1964-1985). São dois períodos sociais e políticos que demandariam considerações próprias, mas não estão em nosso núcleo investigativo central. Todavia, são pressupostos como etapas de implementação das relações capitalistas no Brasil, intensificadas a partir de 1930. A luta pela redemocratização e recuperação do Estado de Direito, nos anos 1970 e 1980, passando pela resistência armada em guerrilhas rurais e urbanas, greves sindicais, movimentos eclesiais de base, até a formação de blocos políticos de massa, como a campanha denominada Diretas Já (1984) desembocou na conquista de eleições presidenciais livres e diretas, depois de mais de 30 anos de negação desse instrumento moderno de sufrágio republicano. Nessa eleição concorreram 08 candidatos e o segundo turno ficou polarizado entre Collor de Mello e Luis Inácio Lula da Silva. A vitória de Fernando Collor em 1989, com 35 milhões de votos, enterrava um período de transição e criaria condições de uma nova etapa econômica, política e jurídica no país.

Quando a insustentabilidade do Governo Fernando Collor de Melo (1989-1992) chegou ao seu máximo grau, no ano de 1992, a sociedade brasileira repetiu as dinâmicas de mobilização e de protestos contra os rumos que o país estava seguindo; tamanha foi a proporção e o alcance político desse embate, que resultaram em numerosas passeatas nas grandes cidades do Brasil para que fosse feito o *impeachment* do referido

Presidente. Tratou-se de uma repetição pelo fato destas passeatas terem relembrado a convulsão social que se estabeleceu na década imediatamente anterior, e que culminaram com o fim do Regime Militar no ano de 1985. Depois desta data, o pedido de renúncia de Collor, um dia antes da votação do seu processo de *impeachment*, marcou o primeiro grande momento da história recente nacional em que a organização dos diversos movimentos sociais foi capaz de pressionar a esfera política estabelecida e, desta forma, influenciar no processo de mudança que se seguiria.

Na base destes movimentos sociais uma grande parte do contingente de trabalhadores estava atuando organicamente, tanto através dos seus órgãos de representação sindical quanto através dos seus partidos políticos recém criados. Uma das principais razões para o fato disto acontecer está no dado histórico de que a década de 1990 foi palco da primeira experiência histórica do país num regime democrático de direito. Entre outros fatores, os últimos dez anos do século XX foram marcados não só pelas grandes perdas econômicas e por catástrofes políticas que determinaram o doloroso empobrecimento do país, mas também pela defesa das diversas bandeiras de movimentos sociais que, através da luta pela redemocratização do país, conquistaram um novo estatuto jurídico para a afirmação dos direitos básicos dos cidadãos. Em resumo, a luta dos movimentos sociais e das classes sociais desfavorecidas figura intacta na base do histórico processo político que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”¹.

A partir de 1992, entretanto, a política nacional seria alterada drasticamente. Isto em razão dos governos dos dois Presidentes que se seguiram a Collor: Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso - FHC. O primeiro, que era vice do Presidente que acabara de renunciar para não ser *cassado*, tem como destaque a criação do Plano Real, um elaborado plano econômico que, dentre as suas tantas medidas, pretendia recuperar a moeda nacional e controlar a inflação, que não parava de crescer. A inflação agressiva e descontrolada dos anos finais da ditadura militar abalaria o alquebrado perfil político de sua sustentação. Bem sucedido em sua ação, o então Presidente conseguiu recuperar grande parte da estabilidade econômica que o país necessitava, a ponto do seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ser eleito o novo Presidente da República em 1994.

FHC, tal como ficou conhecido o novo presidente, oriundo da universidade, um conhecido sociólogo e renomado acadêmico, governou o país por 08 anos, uma vez que, após manobras políticas deploráveis, conseguiu aprovar no Congresso uma Emenda à Constituição permitindo a sua reeleição. De 1994 a 2002 o Brasil enfrentou algumas

significativas mudanças, a partir da implantação de uma política econômica, de cunho neoliberal, que afastou, em parte, o Estado das relações econômicas. Conforme descreve João Martins Filho, a expulsão do Presidente Collor somente adiou por mais alguns anos a existência das condições políticas necessárias à implementação no país do projeto neoliberal, uma vez que este fora o: “[...] primeiro governante a propor a adesão do Brasil às políticas de desregulamentação econômica” (FILHO, 2002, p. 95).

Os fatos que marcam a chamada década do neoliberalismo brasileira estão claramente associados às medidas políticas e econômicas que projetaram o país para o cenário da globalização internacional, mas que, em contrapartida, significaram a integração subserviente do Brasil ao novo sistema neoliberal do capitalismo². Quanto aos efeitos gerados por essa opção governamental no Brasil temos, conforme já referido, os mais intensos processos de empobrecimento das classes sociais menos favorecidas, dinâmica esta que somente piorou os problemas sociais já existentes e que conduziram o Brasil para a condição de tornar-se o país com uma das maiores taxas de desigualdades sociais entre ricos e pobres do planeta. A década de 1990 e o início da década seguinte marcam, portanto, o período no qual o mundo laboral foi severamente transformado, em prejuízo das garantias e seguranças proporcionadas pelo trabalho, bem como da própria classe de trabalhadores.

Não obstante estas considerações ficam evidentes as condições de que a crise do Estado brasileiro da década de 1990 não pode ser estudada somente a partir de fatos e eventos internos. De maneira correta, precisa-se considerar ainda como fatores determinantes para a implementação desta política neoliberal todo o processo brasileiro de adesão subordinada à globalização econômica controlada pelos EUA, que já vinha se desenvolvendo desde 1970. O Brasil, como economia de caráter periférico até aquele momento, foi abalado estruturalmente pelas medidas americanas de suspender a paridade do dólar e de adotar um sistema flexível de câmbio, conforme descreve Martins Filho:

No final dos anos 1980, as medidas tomadas por aquele país para aumentar as taxas de juros e revalorizar o dólar geraram “desequilíbrio generalizado dos balanços de pagamento, nova recessão mundial e choque quádruplo sobre a periferia”. No caso do Brasil, o primeiro desses choques foi a multiplicação da dívida externa; o segundo, a diminuição dos preços das *commodities*; o terceiro, o do preço da energia e, o último, “absolutamente decisivo, o do nosso afastamento do sistema financeiro internacional, depois da moratória mexicana” (FILHO, 2002, p. 94).

Em suma, embora o país apresentasse condições sociais mais favoráveis do que as últimas décadas para promover uma guinada transformadora da sua estrutura política e econômica, que buscasse corrigir os *deficits* sociais gerados pelo falido e autoritário Governo Militar, FHC optou por implementar as diretrizes decididas no *Consenso de Washington*, as quais defendem o novo ideal capitalista de desenvolvimento. Entre elas são de maior destaque a rigorosa disciplina fiscal, a redução dos gastos públicos, uma ampla reforma tributária (de acordo com as diretrizes do FMI), a utilização dos juros e do câmbio de mercado, a abertura comercial, o incentivo aos investimentos internacionais diretos a partir da eliminação das restrições, o processo de privatização das empresas públicas, a flexibilização das leis econômicas e trabalhistas e a defesa do direito à propriedade intelectual.

Na leitura crítica e criteriosa do renomado sociólogo Florestan Fernandes, a nova estratégia dos países centrais do capitalismo, para o suposto enfrentamento da crise que marcou a década de 1970, consistia no plano de incorporar, através da *privatização*, de forma sutil e dissimulável, tudo o que foi laboriosamente montado nos países em desenvolvimento da periferia. Para que se alcançasse este resultado, estaria sob responsabilidade dos parceiros estrangeiros, pela via de agências bancárias, de firmas gigantes e da diplomacia estatal, comandar o jogo político existente no país alvo, no sentido de pôr a economia em ordem e de definir as prioridades das operações estratégicas (na economia, na sociedade, na cultura e no Estado). Quanto à estratégia de privatização, são sempre esclarecedoras as palavras do autor:

A privatização é o símbolo mágico, a senha que abre as vias de acesso garantido ao primeiro mundo. Só que, ainda neste universo transfigurado pela ciência e pela tecnologia de ponta, a modernização permanece presa às cadeias de Prometeu. O “país hospedeiro” não recebe as descobertas, os capitais e os meios para se erigir em nação pós-moderna. O que nele se expande são os componentes de espaço para que a florescente civilização invasora atinja e incorpore a periferia a seu próprio desenvolvimento. Os parceiros periféricos são desiguais e ficam com o rateio de benesses que os promove em entidades desprezíveis. Há uma mancha em suas esperanças róseas: eles compartilham o que entre em vias de obsolescência. Podem criar muitos processos e produtos ultramodernos, mas nunca serão competitivos, em escala mundial, para fazer frente às corporações gigantes em suas cidadelas estratégicas e às nações centrais (e, por enquanto, à sua superpotência, os Estados Unidos). A privatização é o novo “negócio da China” para as grandes potências. É uma ilusão medíocre para os seus imitadores baratos, condenados a colher os restos do banquete (pela associação ou pela compra de patentes e a aquisição de empréstimos). Portanto, no contexto histórico de hoje, preserva-se como forte equívoco a idéia de “decolagem para o desenvolvimento avançado” mediante a privatização. O que esta provoca são dois processos translúcidos: transferência de riqueza

nacional mais ou menos gratuitamente aos parceiros preferenciais estrangeiros. Transferência de parcelas da riqueza nacional de maneira compensatória para empresas gigantes nacionais e o capital financeiro, como uma função de legitimação. O Estado recua covardemente de seus deveres de defesa nacional – em territórios, gente e riqueza acumulada. Cede-se ao usufruto da “iniciativa privada” (FERNANDES, 1995, p. 154).

Este processo neoliberal, com efeito, merece mais esclarecimentos antes de passarmos ao próximo passo analítico, que consiste em buscar *qualificar sociologicamente* a grande mudança ocorrida com a eleição de um novo candidato a Presidência, que por sua vez, representa um novo partido político no poder. Não obstante a sua proposta econômica visar o desenvolvimento das economias, torna-se visível que isto acontece por meios exploratórios da força de trabalho. Basta recordarmos o fato do trabalho e, por sua vez, do trabalhador ser completamente entregue ao mercado controlado pelo capital, o que significa o mesmo que permitir a sua exploração sem limites. Conforme explicam Nicolina Luiza de Petta e Eduardo Aparício Baez Ojeda:

A política neoliberal, apontada por Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso como caminho para a inclusão do Brasil no Primeiro Mundo, cobra dos trabalhadores de baixa renda um preço muito alto e faz a miséria crescer sensivelmente. Além disso, deixar setores essenciais como o de energia, abastecimento de água, telefonia e outros, nas mãos de empresas privadas pode se transformar em um problema sério para a população (PETTA e OJEDA, 2003, p. 300).

De fato, a entrega dos setores essenciais da produção brasileira se tornou um problema sério para a população. Ao fim do ano de 1997 o então Presidente da República terminaria o seu primeiro mandato com um resultado avassalador para os trabalhadores: a recessão imperava, o trabalho fora precarizado até seu pior estágio, o desemprego atingia índices muito altos, o país se desindustrializava e os direitos sociais eram cada vez mais negados, destituídos ou destruídos. Para o referencial pesquisador Ricardo Antunes (ANTUNES, 2005), o projeto de estabilização monetária de FHC, implementado a partir de 1994, teve como consequência evidente a desmontagem do parque produtivo brasileiro. “Privatizar, ou dar mais vida às privadas” era o que interessava para aquele projeto político que, segundo ainda o autor, levou o Brasil ao estado de refém ou dependência do cassino financeiro internacional.

Antunes (ANTUNES, 2005) ainda cita em um artigo publicado pela primeira vez em 1998³ que, segundo a revista inglesa *The Economist*, FHC realizou um trabalho de quatro anos semelhante ao que foi feito em doze pela Sra. Margaret Thatcher na

Inglaterra. Isto, sem dúvidas, revela muito do que foi o primeiro mandato deste Presidente e quais foram os dramáticos efeitos disto para a grande maioria de pessoas pertencentes à classe trabalhadora, uma vez que Thatcher, ao lado do Presidente americano Ronald Reagan, são considerados os precursores do modelo neoliberal mundial. No mais, são complementares os argumentos do autor:

FHC foi servil para os *de fora* e truculento para os *de baixo* aqui *de dentro*, para lembrar a expressão de Florestan Fernandes. Desemprego em escala explosiva, que só em São Paulo chega a quase 20% da sua força de trabalho, precarização dos direitos (já bastante restritos) do trabalho num país que sempre cuidou bem do seu capital, desmontagem da previdência dos assalariados etc. Deslanchava, então, o processo de desregulamentação do trabalho, coerente com a flexibilização produtiva, a *reengenharia*, a *lean production*, este ideário e esta pragmática que quanto mais beneficia os capitais, mais destrói ou precariza os homens e mulheres que vivem do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 38).

A nosso ver, na década que referimos até agora não foi possível aos governos que se sucederam cumprir a grande promessa de desenvolvimento econômico e social que se delineou com a redemocratização do país, com a volta das eleições diretas e com a promulgação da nova Constituição Federal. Para o conjunto de famílias pobres e mais necessitadas, às quais o Presidente FHC direcionou algumas de suas palavras no discurso de posse⁴, os dez anos desta década, na prática, pouco contribuíram para uma real mudança das condições sociais existentes. Contraditoriamente, o sonho de desenvolvimento e de modernização estrutural somente logrou atender a necessidade objetiva do capital, qual seja: ampliação do lucro de classes ricas e de suas empresas privadas. Segundo o economista Márcio Pochmann (POCHMANN, 2007), esse período trágico para a classe trabalhadora nacional contabilizou o seguinte saldo:

O Brasil abandonou a perspectiva do planejamento estratégico e o diálogo com o futuro, ficando prisioneiro do curtíssimo prazo. Isso nos impõe à lógica de financeirização da riqueza e, por conseqüência, a dualidade da flexibilização rumo à precarização ou ao desemprego.

[...]

O Brasil, nos últimos 25 anos, perdeu 2,5 milhões funcionários públicos. Quinhentos mil deles foram engolidos pela privatização – houve a transferência de 15% do setor produtivo estatal para o setor privado. Cerca de dois milhões de postos desapareceram em razão da terceirização e da racionalização privatista do setor público (POCHMANN, 2007, s/p.).

O Estado empobreceu, e economia agonizou e a sociedade foi massacrada. Os direitos sociais que inspiraram toda a reforma do Estado e da política, depois de 3 sucessivos governantes neoliberais, transformaram-se num espólio de direitos

claramente negados. Dizemos negados porque eles existiram e foram conquistados, ainda que no plano formal, em cenários sociais e políticos anteriores.

No campo do Direito, a década de 1990 marcaria um cenário de novos marcos jurídicos, advindos dos processos de participação e consolidação da democracia recém estabelecida. Quer isto dizer, o contexto das transformações econômico-sociais e políticas já descritas, inegavelmente, permitiu às classes pobres e marginalizadas novos direitos civis, políticos e sociais. No entanto, o que nos parece mais relevante não foi a institucionalização destas garantias em normas legais, mas sim o crescimento dos movimentos sociais de base, o alargamento do conflito social para outras esferas sociais, para além da tradicional esfera do trabalho e das relações de produção, bem como a consolidação de forças políticas contrárias ao regime privatista do neoliberalismo.

Em resumo, como resultado final da tensão entre a racionalidade privatista e o espólio dos direitos negados, dramaticamente, contabilizou-se uma grande diferença em termos de conquistas conseguidas pelas classes sociais que representam o polo das classes ricas e dominantes. Ademais, a alteração deste quadro de disputa, por sua vez, teve na contabilização destes dez anos as condições necessárias para se realizar, conforme descrevemos a seguir.

A derrota de FHC, o governo Lula e a alteração da dinâmica neoliberal

Nos quatro anos que compuseram o seu segundo mandato, FHC não foi capaz de superar as adversidades externas, muito menos sanar os problemas sociais internos. Um indicativo real de seu fracasso foi o fato de seu partido, Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, não ter conseguido eleger um sucessor nas eleições de 2002, vencida pelo candidato da oposição. Se separado em duas grandes dimensões sociais, as causas da derrota de FHC e, conseqüentemente, do projeto político que ele representava, são compreendidas da seguinte forma: manutenção de uma política econômica destrutiva e repressão aos movimentos sociais (ANTUNES, 2005).

A sequência da série de privatizações dos bens e órgãos públicos, a manutenção de um salário mínimo muito aquém da real necessidade de sobrevivência digna do trabalhador, a já marcante entrega e subordinação aos interesses do capital estrangeiro, bem como a política de desmonte e sucateamento das esferas educacionais, previdenciárias, energéticas e de saúde, para ficarmos nas principais, multiplicaram os seus efeitos perversos a gama de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, levando o

Brasil ao patamar de desigualdade entre ricos e pobres nunca antes registrado. Para o mundo fundamental do trabalho e de suas relações sociais, o governo do PSDB reservou o que existia de mais maléfico: *desregulamentação* legal, *flexibilização* produtiva e *precarização* das relações de trabalho.

Some-se a isso o resgate da truculência e da virulência contra os movimentos sociais de que trata o autor Ricardo Antunes. Numa sábia reflexão sobre as continuidades e descontinuidades entre a concepção “atrasada” de segurança militar da época da ditadura, com a defesa “moderna” da repressão do tucanato⁵, assevera o autor:

Poder-se-ia começar traçando as similitudes entre as lembranças de como a ditadura militar com sua Lei de Segurança Nacional (LSN) tratou o então vigoroso movimento grevista do AC Paulista, entre 1978 e 1980, e compará-las com a “modernização” da LSN e a satanização em curso pela “inteligência” do poder ante a pujança do MST. E continuar lembrando da reação ditatorial perante o ressurgimento do movimento estudantil em meados dos anos de 1970 e compará-la com a ação repressiva dos governos tucanos em relação aos professores e aos funcionários públicos (ANTUNES, 2005, p. 42-43).

Ainda em temas estratégicos como o campo da reforma da previdência e da política energética nacional, FHC mais uma vez escancarou a sua faceta neoliberal e atacou os direitos de milhões e milhões que vivem do trabalho. Antunes (ANTUNES, 2005), mais uma vez, é esclarecedor ao afirmar que estes projetos somente trouxeram perdas aos trabalhadores. No que diz respeito ao primeiro tema estratégico, o Presidente FHC promoveu a substituição do chamado tempo de trabalho pelo tempo de contribuição. Ou seja, para atingir o tempo necessário que garante o direito de uma aposentadoria pelo sistema público de previdência, o trabalhador não poderia mais considerar o seu tempo trabalhado, mas somente o período em que trabalhou contribuindo para o sistema. Em outras palavras, o enorme contingente de pessoas que trabalha ou que trabalhou no chamado universo da informalidade nada pode fazer para conquistar esse direito fundamental. Quanto ao projeto de modernização das estruturas produtivas, foi no governo de FHC que se iniciaram as manobras de privatização da maior indústria petrolífera nacional – a PETROBRÁS.

Sem sombra de dúvidas, o cenário que acabamos de descrever revela, substancialmente, os motivos do fracasso político e econômico dos 08 anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tamanha a sucessão de equívocos, mas principalmente, de opções políticas seguidas rigidamente. Evidentemente que, ao considerarmos essas medidas como equívocos tomamos o ponto de vista das camadas

sociais e dos trabalhadores prejudicados por tais decisões. Na pauta das intenções e decisões dos grupos políticos e econômicos que deram sustentação ao governo FHC essas medidas eram tomadas como corretas, necessárias e altamente relevantes ou eficazes. Conforme buscamos demonstrar até agora, FHC foi o responsável de maior destaque pela incorporação do Brasil à dinâmica neoliberal internacional, cuja marca principal foi a integração subserviente ao capital estrangeiro.

Por sua vez, o projeto político que se inicia a partir de 2002⁶ mudaria o ritmo de corrosão da vida e de espoliação dos direitos sociais daqueles que sobrevivem do trabalho, desacelerando os mecanismos que apontavam para a total mercadorização da força de trabalho e abrindo espaço para a retomada do crescimento econômico, com o relativo sucesso que tem sido noticiado em todos os meios de comunicação até o início de 2011. A derrota de FHC e a chegada ao poder do primeiro candidato “nascido e crescido” no seio da classe trabalhadora consubstanciam a esfera de transformação real defendida e criada pelos movimentos sociais, com vistas à interrupção desta escalada destrutiva dos direitos mais fundamentais do ser humano. Ainda neste sentido, foi somente com a vitória de Lula que o Brasil pode, finalmente, assistir a institucionalização das demandas sociais, bem como o protagonismo político dos novos sujeitos sociais. A ocupação das agendas do Estado pelas demandas urgentes da sociedade e o consequente ordenamento jurídico de muitas destas exigências é um dos indicativos das contribuições dos movimentos sociais, no processo de correção dos desvios provocados no já duradouro projeto de redemocratização do país e na proposição de caminhos que ensejam a emancipação.

Mas, afinal, em que medida pode-se afirmar que os oito anos do Governo Lula foram responsáveis por alterar a dinâmica neoliberal que marcaram os oito anos de Governo FHC? Sem dúvidas, o exame desta questão não é tarefa fácil de ser realizado, principalmente em vista das grandes discussões ideológicas que ela diretamente envolve. Para nós, no entanto, o fundamental é perceber, aproveitando os eixos já analisados na política do Presidente FHC, por que as medidas adotadas pelos dois governos, na prática, são produtoras de grandes diferenças estruturais na comparação dos respectivos mandatos.

De antemão, é imperioso considerarmos que a vitória eleitoral da esquerda em 2002 não representou um fato acidental, ou mesmo um acontecimento gerado por uma conjuntura específica e momentânea. Não se pode esquecer que o candidato vitorioso, Lula, representa todo um movimento social que tem origem muito antes de 2002,

especificamente o período que já referimos e que está situado na década de 1980. Conforme recorda o estudioso Emir Sader:

Foi um período de fortalecimento do movimento social e do campo popular, em que houve a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além da mobilização popular que precedeu a Assembléia Constituinte – uma expressão da força então adquirida pelo movimento democrático. A campanha pelas eleições diretas, as mobilizações sindicais e dos trabalhadores sem terra revelavam como a luta de resistência à ditadura mantinha a iniciativa com grande respaldo popular (SADER, 2010, p. 22).

Não obstante, para chegar ao poder pela primeira vez, Lula teve ainda que superar as três seguidas derrotas que obteve em campanhas presidenciais passadas, fato este que só foi possível mediante a realização de algumas concessões e alianças políticas estratégicas. Ainda que isto tenha sido um fator de constrangimento junto à militância e aos setores populares de apoio, foi com a construção deste contexto que: “(...) a vitória eleitoral e política de Lula e do PT teve um significado real e simbólico muito expressivo. Bastaria dizer que se trata, pela primeira vez, de uma candidatura de origem operária, talvez a mais importante de toda a história social do Brasil, que chega ao poder” (ANTUNES, 2005, p. 134).

Em linhas gerais, todos os setores da sociedade brasileira não podiam deixar de reconhecer a grande novidade que era a vitória de Lula. Apesar da euforia, o desafio que se impunha não era fácil de resolver, e as mudanças planejadas não poderiam tardar a ocorrer. No texto inequívoco mais uma vez de Emir Sader, as principais características do novo governo podem assim ser descritas:

O governo Lula manteve alguns elementos das políticas do governo anterior e rejeitou outros, configurando um quadro contraditório. Na sua primeira fase, primaram os elementos de continuidade, mantendo-se um rígido ajuste fiscal, que possibilitou os superávits primários e a independência de fato do Banco Central. O governo assumiu formas contraditórias. Adotou políticas sociais e política externa claramente inovadoras e, ao mesmo tempo, manteve tanto a política econômico-financeira como a política agrícola tradicional.

O campo popular elegeu um governo diretamente vinculado a ele, porém refletindo suas contradições e a do período político no qual se vivia. Dois momentos foram traumáticos para as relações do governo com sua base popular de apoio. O primeiro deles ocorreu quando houve a reforma da Previdência, praticamente a primeira iniciativa política do governo que se chocou diretamente com as posições do movimento social organizado. Isso se deu no marco do ajuste fiscal, na primeira fase do governo, em que os contingenciamentos de recursos freavam a realização das políticas sociais em favor da

estabilidade monetária, refletida nos superávits primários (SADER, 2010, p. 27).

No que diz respeito a outras políticas, o Governo de Lula logrou alcançar mudanças significativas em relação às condições anteriormente vigentes, principalmente na política internacional, na política educacional e, por último, na política social. Nas políticas externas o Brasil foi responsável por lançar uma proposta mundial de combate à fome e à pobreza, conquistou importantes vitórias junto à Organização Mundial do Comércio – OMC, em relação à demanda pela redução de subsídios concedidos pelos países mais ricos a produtos que o Brasil também exporta, além de expandir os contratos comerciais com os países da Ásia, África, América do Sul e Europa. Ademais, foi no governo Lula que o Brasil privilegiou a integração regional, contrariamente a FHC, que preferiu os tratados de livre comércio. Lula promoveu a formação do Grupo dos 20, o denominado G20, assim como estabeleceu alianças com os países do sul, com a China, com a Índia e com a África do Sul.

Na política educacional, Lula tem como maior legado o projeto lançado em 2004 - programa PROUNI⁷ - que conquistou destacável posição nas políticas de *inclusão social* do Governo. Por esse programa, tornou-se possível aos alunos de baixa renda e com deficiência física poder cursar faculdades privadas com o recebimento de bolsas de estudos concedidas pelo Governo Federal. Ademais, no campo da inclusão social o Governo do Presidente Lula aprimorou todos os *programas de distribuição de renda* e os unificou no chamado Bolsa Família. Em 2006 mais de 11,1 milhões de famílias foram beneficiadas, o equivalente a 45 milhões de pessoas, de modo que em 4 anos o índice de miséria no país caiu 27,7%. Este fato fez com que a Organização das Nações Unidas – ONU recomendasse a outros países em desenvolvimento a sua adoção.

Apesar de todas essas consideráveis conquistas, parece-nos que o desempenho alcançado no campo da macroeconomia tenha sido o resultado de maior destaque do Governo Lula, tanto na esfera interna, quanto na esfera externa. Sem dúvida alguma, o conjunto dos países centrais do capitalismo global passou a observar o ritmo de crescimento econômico do Brasil com mais atenção. Já nos anos iniciais de seu governo, retomou a elevação econômica, com destaque para a estabilidade observada, principalmente, nos índices de inflação. Em acintosa queda a inflação de 2002 atingia 12,53%, passando para 9,3% em 2003, 7,6% em 2004, 5,69% em 2005 e 3,14% em 2006.

Recordamos, ainda, que em estudo divulgado em março de 2011, denominado Carta de Conjuntura nº. 12, desenvolvido pelo Grupo de Análises e Previsões (GAP) do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Brasil apresentava o seguinte diagnóstico no último ano de mandato do Presidente Lula:

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) registrou crescimento de 0,7% na passagem entre o terceiro e o quarto trimestres de 2010, na série livre de influências sazonais. Com este resultado, que correspondeu a um avanço de 5,0% sobre o quarto trimestre de 2009, o PIB encerrou o ano com uma expansão acumulada de 7,5%, sendo esta a maior desde 1986 (ver gráfico 1.1). Por trás deste bom desempenho, deve ser destacado o forte dinamismo apresentado pela absorção interna, que avançou 6,7% na comparação entre o quarto trimestre de 2010 e o mesmo período do ano anterior e 10,3% no acumulado do ano. Se por um lado a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 21,8%, elevando a taxa de investimento líquido para 18,4%, por outro, o consumo das famílias também acelerou em relação a 2009, encerrando o ano com uma expansão de 7,0%. Com isso, uma parte da demanda doméstica acabou sendo atendida pelo consumo de bens importados, contribuindo para a ampliação do vazamento externo (IPEA, 2011, p. 5).

De fato, o que revela esse aumento do número no consumo de famílias brasileiras pode ser visto e atestado por outra publicação estatística de relevante conteúdo, nesse caso referida pelo autor Marcelo Neri⁸, ainda no ano de 2008: “A miséria entre abril de 2004 quando atingia 30.45% e abril de 2008 passa a 18.39%. isto corresponde a uma queda de – 39% neste grupo etário de 15 a 60 anos contra uma queda de – 32.11% para a população como um todo” (NERI, 2008, p. 21). Por fim e não menos importantes foram os dados sobre o emprego, também divulgados pelo IPEA naquele mesmo estudo:

De fato, o ano de 2010 foi excepcionalmente bom para o mercado de trabalho brasileiro, onde foram constatados vários recordes históricos nas séries que retratam a trajetória do emprego no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação de 5,3% registrada em dezembro passado se mostrou no menor patamar já apurado pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e foi fundamental para explicar a redução de 1,4 ponto percentual (p.p.) na taxa média de desocupação entre 2009 e 2010. Mantendo-se a mesma base de comparação, na média, os salários aceleraram 3,8% ao longo do ano passado, já descontada a inflação do período (IPEA, 2011, p. 19).

Diante destes dados, podemos afirmar em linhas gerais que, na medida em que o Brasil retomou o seu crescimento econômico a partir da eleição do presidente Lula em 2002, observou-se também uma associação direta entre a retomada dos níveis de crescimento do mercado e das oportunidades de trabalho em regime de carteira assinada. Isto explica, portanto, a grande mudança do plano social brasileiro, ou seja, a

diminuição da pobreza e a melhora na distribuição da riqueza no conjunto de toda a sociedade. Não por acaso, perante a constituição desta nova condição macroeconômica, na década de 2000, voltou-se a consolidar no quadro cultural da sociedade nacional a condição do trabalho assalariado como uma das principais fontes de garantia de vida melhor e mais digna, principalmente o trabalho que foi expandido nitidamente nas empresas e órgãos comandados pelo poder público.

Assim sendo, podemos compreender que a posição destacada no cenário mundial do Brasil no ano de 2011, além de revelar a economia como a sexta maior em termos de Produto Interno Bruto (PIB), também justifica a afirmação de que o Brasil já não é mais um país de maioria pobre ou de baixa renda, mas sim um país de grande maioria da população pertencente à classe média. A justificativa disto encontra-se descrita no estudo do autor Marcelo Neri (NERI, 2008), segundo o qual, em 2002: a elite, grupo de 10% da população, possuía quase 50% da riqueza *per capita* do trabalho; diferentemente dos pobres e miseráveis, cuja acumulação chegava a 9,95% da riqueza nacional, e da outra metade, da classe intermediária, cuja riqueza estava agrupada no valor total de 39,78% da riqueza. Em 2008, por outro lado, o quadro já estava modificado, indicando as seguintes diferenças estatísticas: as elites, grupo que antes era de 12,99% da população passa para 15,52%; a classe Média, de 44,19% da população passa para 51,89% (crescimento de 17,03% no total da população); e, por último, as classes mais pobres, que passam do grupo de 42,82% da população para 32,59%.

Como último elemento de compreensão de todo o contexto político-econômico e social do Governo de Lula, falta-nos discorrer sobre outra dimensão estrutural de interesse desta pesquisa, ou seja, o *mundo do trabalho*. Para tanto, será reservada esta tarefa ao próximo sub-título, uma vez que poucas diferenças podem ser apresentadas entre os Governos de FHC e Lula. Conforme escreveu o sociólogo Ricardo Antunes em sua obra “Adeus ao Trabalho” (ANTUNES, 2007), os direitos conquistados com muita militância e luta pela classe trabalhadora vão sendo eliminados do ordenamento jurídico dos últimos anos. No mais, procuraremos desenvolver esta tarefa aliando a compreensão das transformações que o mundo do trabalho tem apresentado nos últimos 20 anos com os impactos e metamorfoses que isto provoca na classe de trabalhadores brasileiros.

A precarização do trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas

Como já mencionado neste artigo, entendemos o contexto político e econômico da década de 1990 como o período de estabelecimento da dinâmica neoliberal no Brasil.

Não obstante as mudanças sociais já discutidas anteriormente, resta-nos ainda como tarefa elementar apresentar quais as transformações da lógica produtiva executadas no atual estágio da globalização econômica⁹, e ainda, de que forma estas mudanças alteram radicalmente os modos de estabelecimento e regulação das relações laborais. Sobre o tema, Míriam de Toni resume que os impactos da globalização no âmbito da produção ocorrem pela substituição dos modelos clássicos (taylorismo e fordismo) pelos sistemas flexíveis de produção (japonês, sueco e italiano), e complementa:

[...] pode-se dizer que, se as transformações têm apontado para a constituição de um segmento de trabalhadores com características próximas ao do “novo trabalhador polivalente”, elas também ampliam formas precárias e não-padronizadas de relações de trabalho (TONI, 2003, p. 249).

Ademais, é verdade, ainda, e impossível de não se mencionar, o fato desta referida *reestruturação produtiva* trazer consigo um perigoso efeito a dimensão estrutural das atuais sociedades capitalistas, que certamente tem provocado a piora das condições de subsistência de inúmeros indivíduos da classe trabalhadora, fatos estes cada vez mais frequentes e perceptíveis, uma vez que os principais órgãos de pesquisa da atualidade sinalizam aumentos elevados na taxa de desempregados ao redor do globo¹⁰.

De acordo com o estudo do sociólogo Giovanni Alves a reestruturação de que tratamos corresponde a um turbilhão de inovações tecnológico-organizacionais que se desenvolveram nas últimas décadas, alterando, assim, o modo de produção das empresas para uma forma nova, flexível, fluída e difusa. Por este motivo, continua o autor, o termo flexível tem sido a denominação comum dos teóricos para referir a nova empresa capitalista, conforme se observa a seguir:

Sob a era da mundialização do capital, a partir da Quarta Revolução Tecnológica, caracterizada pela revolução informacional (ALVES, 2007), e sob a ofensiva neoliberal, que caracterizou as últimas décadas do século XX, a categoria da “flexibilidade” se desdobrou e adquiriu múltiplas determinações no interior do processo de trabalho capitalista, assumindo, deste modo, novas proporções, intensidade e amplitude. A flexibilidade torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção, assumindo uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações. Por exemplo, Salerno salienta oito dimensões da flexibilidade – a flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intra-empresa e flexibilidade social extra-empresa (SALERNO, 1995)). Entretanto, é a flexibilidade da força de trabalho, isto é, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical, que continua sendo estratégica para

a acumulação do capital. Por exemplo, um aspecto muito discutido é o que diz respeito à flexibilidade nos contratos de trabalho, ou seja, a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa (por exemplo, mudança de linha dentro de uma fábrica, ou mesmo mudança entre fábricas). Ou ainda, aquela relativa aos regulamentos internos, à representação sindical interna, ao sistema de remuneração e a recompensas, etc. (SALERNO, 1995) (ALVES, 2011, p. 4).

Portanto, a flexibilização que tem preenchido o mundo do trabalho pode ser entendida como um conjunto de flexibilizações, que envolve não só alterações do sistema produtivo das empresas capitalistas, mas também novas dinâmicas nos processos e relações de trabalho, no mercado e até nos produtos e padrões de consumo (Alves, 2011; Harvey *apud* Antunes, 2000). Conforme se constata com a leitura do texto de Ricardo Antunes, uma das novas tendências produtivas de maior impacto e de mais amplo sucesso de propagação pelas realidades industriais corresponde ao *toyotismo*, ou em outras palavras, o modo de produção industrial criado pela Empresa Toyota do Japão. Com apoio numa destacada revolução tecnológica que passa a ser incorporada no seio da produção:

[...] a produção sobre o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série* e *de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição de peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. Daí o fato de, em sua origem, o *kanban* estar associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda (ANTUNES, 2000, p. 34).

Não obstante, devemos ter em mente que todas essas novas “tecnologias da produção” estão já são identificadas como uma nova fase do processo de acumulação do capital, que em sua totalidade não se restringe apenas às mudanças operadas no setor produtivo do Capitalismo, mas também a todo o complexo sistema da economia mundializada, hoje caracterizada pelas imbricações entre as dimensões financeiras e produtivas (MORAES, 2011). Como já dito neste trabalho, a partir da década de 1970, nos países centrais, tem-se implementado pelos sucessivos governos as políticas caracterizadoras do neoliberalismo, baseada na dupla e contraditória estruturação dos Estados nacionais: “mínimo” quando diz respeito às políticas sociais e “máximo”

quando diz respeito ao interesse de salvaguardar o mercado de capital (privatizações, aberturas comerciais e desregulamentações jurídicas). Isto por que as alternativas lucrativas de empresas e multinacionais não se resumem mais somente a produção de bens; hoje os objetivos de produzir dinheiro estão se transferindo para as atividades financeiras, em que o capital se constituiu como uma ficção.

O capital, por sua vez, se torna cada vez mais móvel. Mais, inclusive, que as próprias pessoas. As fronteiras que um dia já foram físicas (territórios) e legais (normas alfandegárias) atualmente deixaram de existir como obstáculos a acumulação de capital, persistindo apenas para o controle de entrada e saída dos indivíduos. Com a perda de capacidades do Estado de controlar estas atividades, remodelam-se as dinâmicas de atuação dos bancos, tamanha a concorrência em que os mesmos se encontram nesta nova economia mundializada. Na leitura apurada de Moraes, o processo de liberalização econômica que referimos, além de alterar a cultura tradicional dos bancos pelo mundo, modifica ainda as organizações e a gestão das empresas que passam a atuar no mercado financeiro. Complementa:

Andrade e Rossetti (2006, p. 71-2) apontam para cinco fatores que se destacaram no processo de despersonalização da propriedade das empresas, ou seja, o processo de pulverização das ações, que fizeram necessário um novo tipo de gestão: 1) a propriedade desligou-se da administração, ou seja, os fundadores das empresas deixaram de ser deus donos com o avanço das sociedades anônimas de capital aberto e o desenvolvimento do mercado de capitais; 2) Os fundadores-proprietários foram sendo substituídos por executivos contratados; 3) Passou a haver conflito entre os agentes principais das corporações, seus acionistas, e os agentes condutores das operações – os executivos-chefes – já que estes últimos começam a criar estratégias para se auto-beneficiarem, com o aumento dos próprios salários, por exemplo; 4) Várias inadequações e conflitos de interesses passaram a ser observados no interior das companhias; e 5) Somente através da adoção da governança corporativa é que foi possível reaproximar proprietários da gestão (MORAES, 2011, p. 54/55).

Em resumo, o exemplo de bancos e empresas que rapidamente apresentamos serve de base para atestarmos que as mudanças da esfera produtiva do capitalismo neoliberal estão interligadas também as mudanças da esfera financeira que se percebem na atualidade. A propósito ainda deste tema, podemos afirmar que a ascensão do capital financeiro tem sido seguida, segundo Chesnais (Chesnais *apud* Moraes, 2011), por formas ditas agressivas e brutais de busca pelo aumento da produtividade em nível microeconômico, ou seja, o trabalho. Nesse sentido recaímos na análise que já iniciamos sobre a flexibilização do trabalho, mas que agora será mais aprofundada para revelar em que condições e sobre quais parâmetros jurídicos ela tem se constituído.

De antemão, é importante elucidarmos que o pressuposto teórico nesta tese adotado tem a mesma construção em todos os autores até aqui citados, qual seja: a *globalização* econômica do neoliberalismo tem sido um movimento de grande amplitude social, no qual um dos principais efeitos tem sido a *precarização das relações e condições de trabalho*, inclusive com a destruição de muitas das bases de vida das classes trabalhadoras – aspectos legais (direito do trabalho) e sociais (segurança social) –, tamanha a perversidade com que atua na relação exploratória do capital pelo trabalho. Em linhas gerais, aponta Jaime Osório:

A superexploração remete a “uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho”. E isso pode se dar, como vimos, de maneira direta sobre o seu valor diário, via apropriação de salários. Ou então, de maneira indireta, via prolongamento da jornada ou intensificação do trabalho, que, ainda quando venham acompanhadas de aumentos salariais, acabam afetando o valor total da força de trabalho e, por intermédio disso, o seu valor diário (OSÓRIO, 2009, *apud* MORAES, 2011, p. 49).

Com efeito, é imperioso ressaltar que o sentido empreendido para a precarização do trabalho aqui referido não se constrói a partir de uma relação direta entre flexibilização e superexploração. A despeito desta consideração, escreve o autor Ricardo Antunes, citando Lojkin, que para a classe trabalhadora o capitalismo neoliberal tem exigido uma qualificação para as novas tecnologias, ao passo que ao mesmo tempo disponibiliza outros postos, cada vez em maior número, de natureza desqualificada. Explica:

Há, portanto, mutações no universo da classe trabalhadora, que varia de ramo para ramo, de setor para setor etc. desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, como no mineiro, metalúrgico e construção naval, praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos, e requalificou-se em outros, como na siderurgia, onde se pode presenciar a “formação de um segmento particular de ‘operários técnicos’ de alta responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário. Eles se encontram, a nível de altos-fornos, aciaria, vaza contínua... Observa-se o fenômeno similar na indústria automobilística, com a criação dos ‘coordenadores técnicos’ encarregados de assegurar os reparos e a manutenção de instalações altamente automatizadas, assistidos por profissionais de nível inferior e de especialidades diferentes” (ANTUNES, 2007, p. 58/60).

No que tange aos aspectos formais relacionados às relações de trabalho, tem-se comumente caracterizado de precarização das condições de trabalho os chamados novos modelos de contrato típico pactuado entre empregador e empregado, os quais mais

recentemente são as modalidades de *contrato por tempo parcial* ou *contrato temporário*, *subcontratação* e, por último, as famigeradas *terceirização* e *quarteirização*. Inegavelmente, é possível afirmar com alto grau de certeza que a grande maioria destas terceirizações e quarteirizações laborais passam a ser usadas para atender somente dois objetivos: primeiro, ou a estratégia de camuflagem das entidades empregadoras, casos em que fica impossível ao empregado obter êxito nos momentos em que aciona juridicamente a empresa para qual trabalha, ou ainda, como medida de diminuição dos custos de produção, obtido pela contratação de empresas prestadoras de serviços que se utilizam de empregados temporários e mau remunerados.

Por fim, referimos uma das mais recentes publicações veiculadas pela Subseção do DIEESE/CUT Nacional, especificamente as Secretarias de Relações do Trabalho e de Saúde da CUT, uma vez que o trabalho apresentado se configura como uma prova muito clara da presença de discussões, debates formulações e proposições da classe trabalhadora acerca desse tema da terceirização. Trata-se do dossiê “Terceirização e Desenvolvimento – uma conta que não fecha” (2011)¹¹, um estudo que pretende alertar sobre os impactos dessas novas modalidades gestoras de mão de obra que tem atingido rapidamente o rol de direitos históricos conquistado pelos trabalhadores. Em síntese, o estudo aponta para os *calotes* das empresas terceirizadas, para as condições de saúde, segurança e principalmente, insegurança que se observam nessas empresas, inclusive com altos índices de mortes, bem como para os ataques aos direitos e às condições de igualdade de quem trabalha.

Considerações Finais

Em conclusão, quando voltamos o estudo para compreender o atual desenvolvimento do mundo do trabalho no Brasil nos deparamos, da mesma forma, com o processo histórico das relações capitalistas que alteraram radicalmente o modelo econômico e político do nosso Estado, representado pela dualidade social percebida nas décadas de 1990 e primeira década dos anos 2000. Nesse momento, o Brasil passou por uma mudança estrutural: enquanto a década de 1990 evidenciou a consolidação e o auge das políticas privatistas e neoliberais dos governos de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, a década subsequente marcou uma correção na velocidade de implementação destas iniciativas, tendo em vista a eleição dos Presidentes Lula e Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores – PT.

No vasto campo das relações de trabalho, as implicações neoliberais promoveram, entre variadas consequências, a flexibilização do rígido conjunto de normas que regulamentavam a relação tradicional de trabalho, ao passo em que fizeram surgir, em substituição, novos dispositivos de direito do trabalho, muito mais favoráveis ao capital do que ao trabalho. De fato, o cenário fático que se forma a partir da globalização neoliberal não é positivo para a classe trabalhadora. As dimensões do capitalismo mundial atual revelam que os mandamentos neoliberais só fizeram piorar a condição de vida do trabalhador, pois instaurar-se-ia em todo o globo a chamada *crise do emprego*.

Em síntese, observamos que a terceirização tem sido uma das estruturas produtivas do neoliberalismo que mais promove a corrosão do trabalho e do sindicalismo.

Com tais considerações intencionamos caracterizar o conjunto das transformações estruturais, econômicas, políticas e sociais implementadas pelo desenvolvimento das relações de produção, em sua fase globalizante, no transcorrer do período recortado como relevante para nossas investigações. Constatamos que o capitalismo globalizante desenvolveu-se prioritariamente no Brasil alterou a ordem da produção e da distribuição das riquezas produzidas, remodelando as estruturas sociais nacionais. Esperamos ter apresentado no presente estudo as possibilidades do entendimento dessas percepções, de seus matizes e deslizamentos, semiológicos e políticos, através do esforço de empreender um criterioso balizamento histórico, contextual, econômico e político, seguido de uma proposta de esmiuçamento hermenêutico de nossas fontes e das coletas produzidas nos laboriosos processos investigativos.

Referências

- ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem-que-trabalha. *Revista Eletrônica da RET – Rede de Estudos do Trabalho*. Ano V, Número 8, 2011. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>>. Acessado em julho de 2012.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*, 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.
- _____. *Adeus ao Trabalho*. 12. ed. Campinas-SP: Cortez, 2007.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/91988>>. Acessado em julho de 2012.

DIEESE/CUT Nacional. *Terceirização e Desenvolvimento – uma conta que não fecha*. Secretaria de Relações do Trabalho da CUT; Secretaria de Saúde da CUT, 2011. Disponível em: <<http://iurbanas.hospedagemdesites.ws/wordpress/wp-content/uploads/2012/01/terceirizacao.pdf>>. Acessado em março de 2012.

FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes - Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FERREIRA, Antonio Casemiro. *Trabalho Procura Justiça: Os tribunais de trabalho na sociedade portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2005.

FILHO, João Roberto Martins. *Globalização e Forças Armadas no Brasil. Crítica Marxista n.º 15*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, “*Carta de Conjuntura n.º 12 – Março 2011*”, Brasília: Governo Federal/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011.

MARX, Karl. *Textos Econômicos*. São Paulo: Editora Mandacaru Ltda, 1990.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. *Mundialização do capital e as novas formas de imbricação entre as dimensões financeira e produtiva*. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique. *Trabalho, Educação e Reprodução Social – As contradições do capital no século XX*. Bauru-SP: Canal 6 Editora, 2011.

NERI, Marcelo Cortes. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV/IBRE, 2008.

OIT/Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização, *A Globalização: natureza e impacto*. In: OIT (Org). *Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos*. Oeiras: Celta, 2005.

PETTA, Nicolina Lui de; OJEDA, Eduardo Aparício Baez. *História: Uma Abordagem Integrada*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

POCHMANN, Márcio. *O Novo Mundo do Trabalho. O Trabalho no Novo Mundo, Jornal da Unicamp*, Edição 354 de 09 a 15 de abril de 2007. Campinas-SP, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/o-novo-mundo-do-trabalho-o-trabalho-no-novo-mundo>>. Acessado em agosto de 2012.

SADER, Emir; Garcia, Marco Aurélio. *Brasil, entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os processos da globalização*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Globalização: fatalidade ou utopia*. Porto: Editora Afrontamento, 2002.

TONI, Miriam de. *Visões sobre o Trabalho em Transformação. Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, n.º 9, jan/jun 2003, p. 246-286, 2003.

Notas

¹ O apelido de “Constituição Cidadã” foi criado em razão desta norma ter em seu conteúdo um grande número de direitos e garantias sociais para os cidadãos, tais como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia e etc. (Arts. 5º, 6º e 7º, por exemplo).

² Fernando Henrique Cardoso foi responsável por integrar, subservientemente, o Brasil as diretrizes elaboradas pelo Consenso de Washington, realizado no ano de 1989, por economistas de instituições baseadas na capital americana, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

³ O artigo intitula-se “FHC – 2º ato – o bico do tucano” e foi publicado no jornal *PT em Movimento*, São Paulo, 17-23 out. 1998.

⁴ Conforme recorda João Bosco Bezerra Bonfim, em seu discurso de posse como Presidente da República, proferido em 1994, Fernando Henrique Cardoso assim falou aos brasileiros: “Vou governar

para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria” (BOMFIM, S/D, p. 377).

⁵ Tucanato é a expressão usada comumente nas disputas políticas brasileiras para se referir ao partido e aos membros do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Este termo foi cunhado em razão do símbolo deste partido corresponder a figura de um tucano, ave característica da fauna brasileira.

⁶ Nas eleições de 2002 à Presidência o Brasil elegeu com uma votação recorde o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, militante, ex-sindicalista e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores – PT.

⁷ Em 2005 o número de bolsas criadas (entre parciais e integrais) para alunos que cursaram o ensino médio no setor público brasileiro alcançou o total de 112.275. Em 2008 já era mais que o dobro, 225.005 bolsas, número este que chegou a 254.598 em 2011 (fonte: Sispruni – 17/06/2011 e Pruni 2005 – 2º./2011).

⁸ Para a análise destes dados, considerar a seguinte metodologia do autor: “Em função da nossa classificação se basear em renda de trabalho, restringimos a análise a renda familiar, per capita e total, ao grupo em idade ativa de 15 a 60 anos de idade, esta restrição adicional nos ajuda a tornar os níveis mais próximos do que se esperaria numa análise de pobreza e em especial a análise entre das transições entre estratos sociais mais permanentes. Para criar a chamada classe E usamos a linha de miséria de 135 Reais mês por pessoa a preços da Grande São Paulo de hoje conforme já tradicionalmente usado no Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas” (NERI, p. 21).

⁹ Encontramos num importante estudo da OIT (2005) a descrição estatística das principais características da globalização, as quais podem ser resumidas da seguinte forma: 1) rápido crescimento do comércio mundial; 2) aumento do IDE (Investimento Direto Estrangeiro) a partir de 1980; 3) intensificação dos fluxos financeiros; 4) revolução das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação); 5) aumento das interdependências entre os Estados e os agentes econômicos; 6) Evolução das políticas econômicas.

¹⁰ De acordo com dados da OIT (2010), em 2009 o mundo já contabilizava 212 milhões de pessoas desempregadas, um número muito elevado se considerarmos que o Brasil, em 2010, contabilizou uma população de 196 milhões de pessoas, ocupando, portanto, a quinta posição dos estados mais populosos do mundo.

¹¹ Para se ter uma idéia, em uma pesquisa realizada pela FUP (Federação Única dos Petroleiros) em 2010, 98% das empresas foi motivada a terceirizar devido ao menor preço e apenas 2% devido à especialização técnica. Com a terceirização: a) Do ponto de vista econômico, as empresas procuram otimizar seus lucros, em menor grau pelo crescimento da produtividade, pelo desenvolvimento de produtos com maior valor agregado, com maior tecnologia ou ainda devido à especialização dos serviços ou produção. Buscam como estratégia central, otimizar seus lucros e reduzir preços, em especial, através de baixíssimos salários, altas jornadas e pouco ou nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho. Não deveria ser essa nossa opção de desenvolvimento econômico; b) Do ponto de vista social, podemos afirmar que a grande maioria dos direitos dos trabalhadores é desrespeitada, criando a figura de um “cidadão de segunda classe” com destaque para as questões relacionadas à vida dos trabalhadores(as), aos golpes das empresas que fecham do dia para a noite e não pagam as verbas rescisórias aos seus trabalhadores empregados e às altas e extenuantes jornadas de trabalho (DIEESE/CUT, 2011, p. 3).

Artigo recebido em 16/07/2014. Aprovado em 26/07/2014.